

# A IGNORÂNCIA CUSTA UM MUNDO: O VALOR DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL\*

Márcia Elisa Rigotto\*\*

---

O livro de Gustavo Ioschpe, *A ignorância custa um mundo*, faz uma exposição dos meandros que cercam a educação e o desenvolvimento econômico no Brasil. O objetivo do livro foi levantar um assunto tão controverso, principalmente quando discute a forma pela qual se deve tratar a tema educação, geralmente debatido por economistas, sociólogos, pedagogos e outros técnicos envolvidos direta ou indiretamente nessa área. Foi com o propósito de ampliar o debate, acerca da relação entre Educação e desenvolvimento econômico, que o autor se propôs a buscar as respostas para as várias questões que envolvem o referido tema, inclusive, buscando atingir o público leigo. Além disso, as avaliações e conclusões, realizadas pelo referido autor, estão respaldadas em estudos acadêmicos, publicados em instituições de grande respeitabilidade.

O livro é dividido em duas partes. Na primeira, o autor relaciona Educação e crescimento econômico de forma global. Inicialmente, é feita uma fundamentação microeconômica, na qual a teoria do capital humano, desenvolvida por Schultz, em 1960, revoluciona, na medida em que demonstra que os gastos com Educação constituem um investimento de renda futura. Com maior conhecimento, os agentes buscam junto ao mercado de trabalho maiores rendimentos futuros. Com isso, o nível de escolaridade passa a ser o principal fator responsável na determinação do perfil de renda de um trabalhador, ao longo de sua vida. A teoria do capital humano é baseada nesta afirmação, ou seja, de que a educação aumenta a renda futura. Dentre as várias teorias de crescimento econômico, a do capital humano explica o permanente *spread* existente entre capital físico e capital humano, no qual a

---

\* IOSCHPE, Gustavo. *A ignorância custa um mundo*: o valor da Educação no desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Editora Francis, 2004.

\*\* Mestre em Economia do Desenvolvimento do PPGE da PUCRS. Email: mrigotto@portoweb.com.br.

<b>ANÁLISE</b>	Porto Alegre	v. 17	n. 2	p. 388-392	jul./dez. 2006
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

segunda variável torna-se mais significativa do que a primeira para explicar a expansão da renda e da riqueza.

Outro aspecto importante abordado no livro é a relação entre Educação e tecnologia. A ação interativa dessas duas áreas explica o aumento da produtividade, que ocorre por meio da instrução. Com isso, haverá capacidades para se conduzir as mudanças necessárias à implementação de novos métodos e novas tecnologias. Assim, quanto maior o nível de instrução da sociedade, tanto mais rápida será a difusão de novas tecnologias. Em função das constantes mudanças tecnológicas dos dias atuais, obterá maior valorização o profissional que estiver mais bem preparado para assimilar rapidamente tais mudanças.

Na tentativa de corroborar a teoria de que indivíduos com maiores níveis educacionais conseguem melhorar o nível de vida, foi mencionado o exemplo do setor agrícola, onde os indivíduos mais instruídos são os que obtêm melhores retornos na adoção de novas técnicas de plantio. A Educação também se reflete no crescimento demográfico, pois mulheres com maiores níveis de instrução possuem menor número de filhos. Além disso, as taxas de matrícula crescem com maior rapidez nas áreas mais impactadas por mudanças tecnológicas. Entretanto, onde não há mudanças tecnológicas, a escolaridade, por si só, não afeta a produtividade.

Ainda, segundo o autor, uma das formas de medir os benefícios da Educação, tanto para o indivíduo, como para a sociedade, são as taxas de retornos privados e as taxas de retornos sociais. As primeiras medem os gastos realizados pelos indivíduos e, as segundas, medem a rentabilidade dos investimentos do Governo. Dentre os vários dados apresentados, Ioschpe constatou que, em geral, quanto mais rico for o país, tanto menores serão as taxas dos retornos privados e sociais dos projetos em Educação. No entanto, em muitos países pobres, os retornos privados e sociais são bem elevados. Os dados apresentados no livro mostram que, tanto nos países ricos, quanto nas nações pobres, o retorno maior ocorre nos cursos de nível primário, caindo no secundário e aumentando um pouco no superior. Portanto, as taxas dos retornos sociais constituiriam uma primeira aproximação do impacto da Educação no crescimento econômico de uma nação. Além de maiores salários, os retornos sociais dos projetos em Educação causam externalidades positivas, ou seja, proporcionam indiretamente maiores cuidados com a saúde, tendências democráticas ampliadas, maior tolerância e consciência social etc.

O retorno da Educação é tanto maior onde a instrução é escassa, proporcionando maiores salários que, no entanto, acentuam a desigualdade salarial. Quanto ao ensino universitário, segundo o autor, o retorno social seria muito baixo devido aos altos custos, diferentemente dos retornos privados, onde os benefícios são bem maiores.

No livro, são citadas várias teorias de crescimento econômico, destacando-se a de Paul Romer, que apresentou a teoria do crescimento endógeno.

Esta teoria argumenta que o estoque de conhecimento de uma sociedade é o que determina o quanto ela irá crescer e se desenvolver, porque somente com o acúmulo de conhecimento é que surgiriam novas idéias, inovações e invenções, que se repercutiram sobre o aumento da taxa de crescimento econômico.

Outro aspecto abordado no livro refere-se aos estudos realizados por economistas dos EUA, que desmistificaram algumas variáveis que teriam uma ligação direta sobre a qualidade da Educação, tais como: relação aluno/professor, salário, experiência e nível de escolaridade dos professores, bem como investimentos por aluno. As variáveis significativas que, de fato, melhoram a qualidade do ensino, seriam, segundo tais estudos: instalações escolares modernas e adequadas, existência de bibliotecas, tempo em aula e frequência das lições de casa.

Na segunda parte do livro é realizado um estudo minucioso da evolução da Educação no Brasil. Inicialmente, foi feita uma avaliação dos níveis do crescimento econômico do País, relacionando-os com os níveis de educação. A exposição mostra a situação brasileira em um universo de 177 países, quanto ao Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), em 2004. Embora o Brasil possuísse, nesse ano, uma renda *per capita* igual a UU\$ 7.770, ele apresentou índices de desenvolvimento humano em níveis de países bem mais pobres.

O autor apresenta, ainda, um estudo internacional usando indicadores de educação (WEI),<sup>1</sup> comparando 18 países, incluindo países com situação econômica semelhante à brasileira e países da OCDE.<sup>2</sup> O Brasil apareceu com taxas de escolaridade líquida<sup>3</sup> com quase 100% no ensino primário e apenas 33% no secundário.

No ensino superior, de acordo com o levantamento de Ioschpe, o Brasil apresentou taxa de escolaridade bruta<sup>4</sup> de 16,5%, o que é muito baixo, quando comparado com a média atingida pelo conjunto dos países abrangidos pela pesquisa (26,7%), enquanto a média dos países da OCDE chega a 56,6%. Estes indicadores do ensino superior mostram que países, com níveis de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, conseguem acompanhar as revoluções nos processos tecnológicos, com níveis de dificuldades cada vez maiores. Para adotar essas mudanças nos processos produtivos necessita-se de profissionais cada vez mais qualificados.

Centrando a discussão somente na educação brasileira o autor verificou que o maior problema no ensino fundamental não são as baixas taxas de

---

<sup>1</sup> World Education Indicators.

<sup>2</sup> Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, englobando atualmente os países desenvolvidos.

<sup>3</sup> A razão entre o número de pessoas com idade apropriada de cada ciclo e a parcela da população brasileira de faixa etária correspondente àquele ciclo.

<sup>4</sup> A razão entre o número de alunos de um determinado ciclo e a parcela da população brasileira de faixa etária correspondente àquele ciclo.

matrícula, mas o grande nível de repetência. Com isto, surgem outros problemas, pois a grande diversidade de idade nas séries do ensino fundamental gera a distorção idade-série. Este quadro se reflete no ensino secundário, onde 47% dos alunos estudam no turno da noite. Isto ocorre pelo simples fato de que estes alunos já estão com idade superior daquelas consideradas ideais para o ensino médio (15 a 17 anos), ou seja, estes jovens já se encontram, em princípio, no mercado de trabalho.

No aspecto da qualidade da educação no Brasil, os dados do SAEB<sup>5</sup> mostram resultados constrangedores no ensino fundamental: os alunos que freqüentam a 4ª série possuem competências dos alunos da 2ª série; enquanto os alunos da 8ª série possuem competência dos alunos da 4ª série. Concluindo, os alunos que finalizam o ensino fundamental não sabem ler e escrever; o que é pior: eles não conseguem interpretar o que lêem.

Em um estudo realizado em 2000, o PISA,<sup>6</sup> envolvendo 32 países, foram testados os níveis de leitura e interpretação de texto de alunos com idade variando entre 15 e 16 anos. Entre todos os países da amostra, os estudantes brasileiros obtiveram o pior desempenho.

Ioschpe concluiu que o problema da Educação no Brasil começa na alfabetização, sendo esta, portanto, a raiz do problema. Estas incapacidades básicas levam à repetência escolar que, por sua vez, resulta na distorção idade-série. Com isso, cria-se um ciclo vicioso, pois quanto mais velho o aluno, menor o seu desempenho. O aluno fica desestimulado a freqüentar a escola, surgindo, então, o outro problema grave da educação brasileira: a evasão escolar.

Diante da exposição dos problemas educacionais básicos e sabendo que o retorno da educação no Brasil é positivo, é fácil entender porque o nível educacional explica 50% da variação salarial no País. O autor estima que uma forte redução das desigualdades educacionais reduziria entre 35% a 50% das desigualdades de renda. Neste cenário de desigualdades, Ioschpe infere que a educação brasileira não cumpre as suas funções no sentido de aumentar a renda absoluta dos indivíduos e, por conseqüência, a do país em seu conjunto. Além, é claro, em diminuir as desigualdades sociais do conjunto da população.

Pode-se argumentar que há poucos recursos para serem investidos na educação brasileira. Contudo segundo o autor, isto não é verdadeiro. Enquanto os países da OCDE, em média, investiram, em 1999, 4,9% do PIB, nesse mesmo ano o Brasil aplicou 5,1% do PIB. A conclusão de Ioschpe é que se gasta mal; parte dos recursos canalizados para a Educação acabam se dispersando na estrutura burocrática ou gasta com excesso de funcionários.

---

<sup>5</sup> Sistema de Avaliação do Ensino Básico.

<sup>6</sup> Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

Um dos aspectos polêmicos é quanto a “alegada” baixa remuneração dos professores. Segundo Ioschpe, se estes salários fossem realmente baixos, o profissional da educação estaria em falta. Porém, não é isso que ocorre, pois em 2002 os cursos superiores de formação de professores contavam com 750 mil alunos matriculados.

Na finalização do livro o autor propõe quatro reformas na educação brasileira, para que essa possa atingir 67% de taxa líquida de escolarização, no ensino médio, até 2014, e melhorar as condições de ensino para acomodar os futuros alunos:

- a) ampliar o FUNDEF para o ensino médio, ou seja, criar o FUNDEB;<sup>7</sup>
- b) criar a lei de responsabilidade educacional, premiando gestores públicos dos Municípios e Estados, para promover uma melhor alocação dos recursos educacionais;
- c) cancelar o abatimento no imposto de renda dos gastos com mensalidades de escolas privadas, transferindo estes recursos para o FUNDEB;
- d) pôr fim à gratuidade das Universidades Públicas para alunos de alto nível socioeconômico e transferir os valores dessas mensalidades ao FUNDEB.

Para concluir, o livro de Gustavo Ioschpe é um ótimo referencial para se obter um conhecimento mais aprofundado das teorias e problemas que cercam a Educação e o crescimento econômico no Brasil. Além disso, a reflexão do autor sobre a Educação brasileira mostrou que o País deve, com urgência empenhar-se na diminuição das desigualdades sociais e educacionais, para alcançar maior nível de desenvolvimento econômico em um futuro não tão distante.

---

<sup>7</sup> É preciso lembrar que o livro em análise foi publicado em 2004.